

Márcia Barbosa Soczek¹

A educação infantil e o seu contexto histórico



Roda | 1942 | Milton DaCosta | detalhe

A inclusão da Educação Infantil no sistema educacional como primeira etapa da educação básica, retoma e intensifica discussões dos diversos segmentos da sociedade (pais, professores, funcionários, pesquisadores...) que anseiam pela democratização deste nível ensino.²

A luta pelo direito da criança à educação de qualidade vem sendo travada historicamente através de fóruns, congressos, encontros e movimentos organizados e instituições públicas. É através dessas organizações que a sociedade passa a exigir do Estado políticas educacionais que priorizem a educação de 0 a 6 anos.

Como exemplos, podemos citar a cria-

ção em Florianópolis do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação de 0 a 6 anos, composto por docentes e alunos do curso de graduação e pós-graduação do Setor de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, o MEI (Movimento em Defesa da Educação Infantil em Curitiba), o Grupo de Trabalho do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, Gratuita e Universal - que vem realizando reflexões e proposições para a Educação Infantil no Estado do Paraná - e o Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil.

Mas como a população dos filhos da classe trabalhadora tem sido atendida?

Desde a sua implantação, a Educação Infantil esteve dividida em sua oferta entre a educação assistencialista das creches para os filhos dos trabalhadores e os jardins de infância e como espaço de socialização, para as crianças das classes mais abastadas.

A educação assistencialista, em sua vertente higienista, constituiu-se a partir de forte influência dos médicos no atendimento a primeira infância, com o objetivo de proteger as crianças pobres e evitar a disseminação de epidemias através de instituições, onde o principal enfoque estava no combate à fome e à mortalidade infantil. Desse modo, as primeiras instituições de

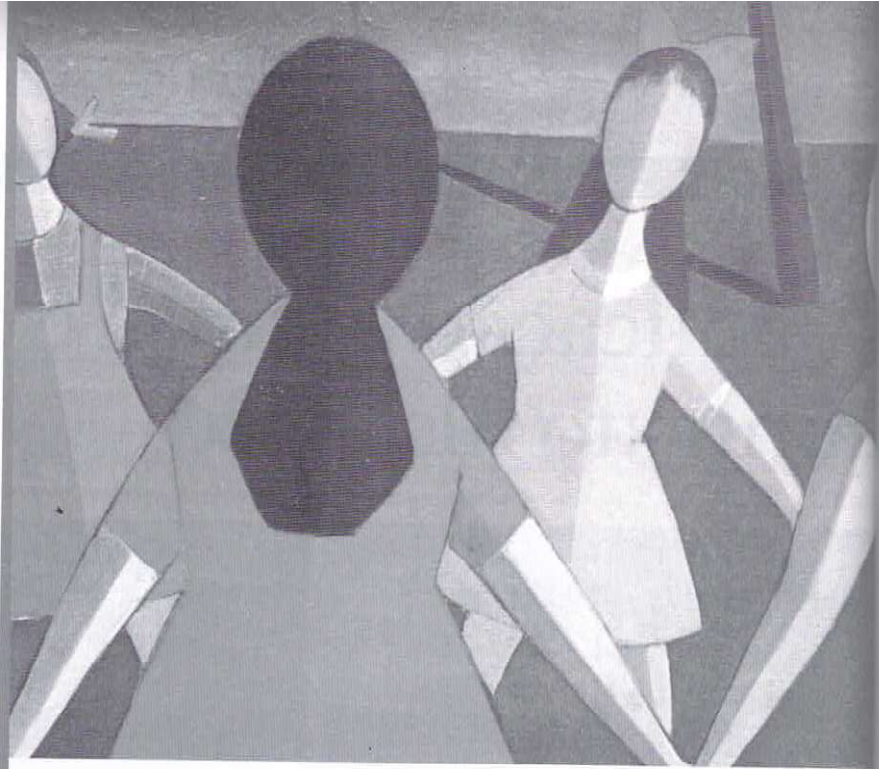
atendimento às crianças da classe trabalhadora foram implantadas por médicos. O Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro - 1899 - fundada pelo médico Arthur Moncorvo Filho é um exemplo da influência médica na história da Educação Infantil.³

Surgiram, também nesta época, as instituições vinculadas ao trabalho feminino nas fábricas, com o objetivo de compensar a ausência das mães e manter os filhos próximos ao trabalho das mulheres. A implantação das creches decorre do movimento que dissemina as reivindicações dos Congressos de Assistência à Infância que acontecem no Brasil e na Europa. A creche da Companhia de Tecidos Corcovado no Rio de Janeiro criada em 13 de novembro de 1899 é um marco na história das creches para os filhos dos trabalhadores.

Também no século XIX, encontramos os primeiros registros de jardins de infância, no âmbito privado, para a classe burguesa. Estas instituições teriam a finalidade de estimular o desenvolvimento das crianças e promover sua socialização. Nesses espaços a oferta da Educação Infantil foi influenciada pelas idéias de Froebel, discípulo de Pestalozzi, que criou o primeiro jardim de infância (Kindergarten) na Alemanha em 1837.⁴

Outra função ocupada por esta etapa da educação básica aparece no século XX quando a pré-escola - geralmente pensada para as crianças de 4 a 6 anos - é mais difundida e o atendimento pré-escolar aparece como a solução para os problemas imediatos da educação, pois a pré-escola tem como função preparar as crianças para as primeiras séries do ensino fundamental. KRAMER (1991 p.13) descrevem esse processo histórico da educação infantil:

O contexto histórico desse atendimento tem revelado, ao longo do tempo, uma divergência de ênfase no que se refere às funções da pré-escola. Inicialmente, o atendimento proposto às classes populares foi médico e sanitário; em seguida, passou a incorporar o aspecto nutricional e social e só mais recentemente incluiu uma preocupação educacional. Essas funções, por um lado, acompanham as profundas transformações sociais que os países em desenvolvimento vêm enfrentando e, por outro, são influenciadas pelas descobertas da psicologia e da pedagogia modernas, no que se refere ao



Como construir a autonomia e a cidadania se as crianças não possuem acesso ao seu direito de ser criança?

processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Na legislação brasileira, até 1998, predomina a idéia de educação assistencial, pois a educação das crianças de 0 a 6 anos de idade esteve compreendida como uma ação social, somente na Constituição atual é que percebemos uma mudança de concepção ao atendimento de zero a seis anos e a inclusão desta faixa etária como parte da educação. Como podemos verificar:

“Art. 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV - Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.

Art.211 - Parágrafo 2º - Os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar.”

Em 1998, com a forte mobilização nacional em busca de conquistas sociais, a Constituição avança no que corresponde a Educação Infantil como direito da criança e dever do Estado, ainda que não obrigatória. Esse fato pode ser retratado da seguinte forma:

A Constituição de 88 tem sido considerada um marco para a área de educação infantil pelo fato de ser uma lei que prevalece sobre as demais e que reconheceu como direito da criança pequena o acesso à educação em

creches e pré-escolas. Pela primeira vez uma constituição brasileira inclui no Capítulo de Educação (Artigo 280, inciso IV) “o atendimento em creches e pré-escolas” como dever do Estado e direito da criança de 0 a 6 anos, criando para o sistema educacional uma obrigação de responder a esta nova responsabilidade: a de conferir às instituições que atendem crianças pequenas um caráter educacional. (Crisara, 1999, p.19)

A partir dessa Constituição, vários instrumentos legais foram criados com a intenção de garantir os direitos de cidadania das crianças brasileiras de 0 aos 6 anos, dentre os quais pode-se destacar o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8069/90), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9394/96) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - (DCNEI/99).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil foram aprovadas em 1999, através da resolução CEB 01/99, com a intenção de regulamentar a educação de 0 a 6 anos em sua estrutura e funcionamento.

Estas Diretrizes instituem normas para a Educação Infantil que deverão ser seguidas em todo o território nacional, definindo os princípios éticos, políticos e estéticos das propostas pedagógicas, a especificidade da relação entre cuidar e educar na organização pedagógica, a formação dos pro-

fissionais que trabalham na Educação Infantil e os aspectos físicos - condições estruturais e físicas - que devem possibilitar um bom desenvolvimento da criança.

Esse documento foi construído com a colaboração e o parecer de pesquisadores da área com o objetivo de garantir condições necessárias para a efetivação da educação de 0 a 6 anos. Muitos avanços foram apresentados neste documento, porém, é preciso contextualizar a realidade das Instituições de Educação Infantil, como essa lei foi regulamentada nos Estados e Municípios e quais os avanços conquistados.⁵

Apesar da aprovação legal dos diferentes documentos acima citados, registrando a importância da educação infantil para o desenvolvimento da infância, as creches e pré-escolas ainda precisam de grandes avanços no que se refere à ampliação do atendimento, a política de qualificação e formação dos professores e melhores condições de trabalho.

Outro aspecto essencial para a construção da identidade da educação infantil é a necessidade da organização de propostas pedagógicas adequadas que respeitem a relação indissociável entre o cuidar e o educar que deve estar presente na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos e que são indicadas nas diretrizes curriculares.

Muitas propostas educacionais se apresentam como a solução para os problemas deste nível de ensino, mas desconsideram a discussão essencial que está vinculada às necessidades plenas do desenvolvimento infantil. Os aspectos da alimentação, da higiene e do bem estar das crianças de 0 a 6 anos, elementos importantes quando se pensa no atendimento integral para crianças, não são respeitados.

O processo de terceirização do serviço da alimentação nas instituições educacionais públicas, que vem sendo implantado desde os Centros Municipais de Educação Infantil, aponta para uma realidade perversa, pois não respeita o elo afetivo e educativo que o momento da alimentação pode proporcionar para a infância. A merendeira, todo o vínculo e o relacionamento das crianças com os diferentes profissionais do espaço pedagógico são trocados por uma alimentação "industrial" desrespeitando a relação entre o cuidar e educar.

A insistência em manter os termos educar e

cuidar, como já foi dito anteriormente, relaciona-se ao percurso histórico das creches e pré-escolas no Brasil. A análise do histórico dessas instituições e as relações que estas têm estabelecido tanto com as famílias, quanto com as escolas permite perceber que quando se defendeu e ainda hoje se defende, uma função pedagógica para as mesmas foi na direção da valorização das atividades ligadas ao ensino de alguma coisa, à transmissão de conhecimentos, muitas vezes reproduzindo ou antecipando as práticas condenadas pelas próprias escolas de ensino fundamental em que são valorizadas as atividades dirigidas consideradas como pedagógicas. Essa interpretação reducionista do pedagógico acabou por trazer para as creches e pré-escolas uma desvalorização das atividades ligadas ao cuidado das crianças pequenas. Essa dicotomização entre as atividades com um perfil mais escolar e as atividades de cuidado, revelam que ainda não está clara uma concepção de criança, como sujeito de direitos, que necessita ser educada e cuidada, uma vez que ela depende dos adultos para sobreviver e também pelo fato de permanecer por muitas vezes de 10 a 12 horas diárias na instituição de educação infantil. (CERISARA, 1999, p.16)

A realidade acima demonstra o quanto as Políticas Públicas pensadas para a educação podem estar comprometidas com interesses econômicos e de mercado, impedindo avanços significativos na oferta e na qualidade.

Na perspectiva de direcionar o trabalho Pedagógico da Educação Infantil, o Ministério da Educação em 1999, lança os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Composto por três volumes bastante extensos (volume 1: Introdução; Volume 2: Formação pessoal e social; volume 3: Conhecimento de mundo), porém este material é muito questionado e criticado na área da Educação Infantil, pois, seus textos embora apontem para o cunho pedagógico deste nível de ensino, não abordam as diferenças concretas existentes no Brasil para a implantação de suas proposições.

No início da organização deste material, pois, na versão preliminar do documento, os especialistas da área já apontavam nos Pareceres enviados para o MEC a preocupação com a produção de

um referencial único. Cerisara (2000, p.43) afirma que "Os pesquisadores e pesquisadoras da área revelam nestes pareceres que o fato da educação infantil não possuir um documento como este não era a ausência ou a falta, mas sim a especificidade da área que precisa ainda refletir, discutir, debater e produzir conhecimentos sobre como queremos que seja a educação das crianças menores de sete anos em creches e pré-escolas."

Além das questões acima citadas, outras dificuldades podem ser encontradas na implantação dos Referenciais Curriculares para a Educação infantil tais como: as diferenças sociais, políticas e econômica dos Estados e Municípios, a falta de acesso à educação infantil, a precariedade da formação de seus profissionais, a falta de adequada estrutura física, a inexistência de financiamento para esta Educação.

Para superar as funções assistencialistas e preparatórias do pré-escolar, que por muito tempo fizeram e fazem parte da educação de 0 a 6 anos e possibilitar a implantação de uma Política Educacional para a Educação Infantil que vise o desenvolvimento integral das crianças de zero a seis anos e a democratização deste ensino, hoje ao pensar na educação Infantil e suas propostas pedagógicas nos referimos à expressão "cuidar e educar".

Foi nesse sentido que pesquisadores da área da Educação Infantil escolheram o termo inglês *educare* - que significa educação e cuidado ao mesmo tempo - para melhor traduzir a preocupação com a educação das crianças de 0 a 6 anos. Como não temos, em português, o sentido destas duas palavras em uma só, foi feita a opção pela utilização da expressão "educar e cuidar" para estabelecer a especificidade do atendimento à primeira infância.⁶

Para a construção e elaboração de um trabalho pedagógico, nesta perspectiva, é preciso que os profissionais da educação infantil tenham pleno conhecimento sobre as implicações desta expressão, pois, quando se propõe a relação direta e unitária da expressão "cuidar e educar" é porque a criança pequena tem a necessidade e o direito de ser cuidada e educada de forma a priorizar todos os seus aspectos: sociais, afetivos, físicos, emocionais, intelectuais, etc. e é seu direito também ser compreendida enquanto sujeito de sua história, com a sua cultura e suas especificidades.

Por que o desafio da educação infantil é o desafio de trabalhar hoje pela construção da cidadania? Porque a criança não pode mais ser considerada como um não adulto, o quase adulto, o adulto incompleto, alguém que ainda não é! Ao contrário, ela deve ser percebida como sujeito social, pessoa, gente, cidadã que, como tal, é determinada pelos aspectos históricos, econômicos, políticos e socioculturais do meio em que está inserida. (KRAMER, 1995, p. 121)

Porém como fica esta autonomia, já que a distribuição das crianças nas instituições acontece por um recorte etário e pela possibilidade de ampliar espaços sem infra-estrutura adequada?

Como construir a autonomia e a cidadania se as crianças não possuem acesso ao seu direito de ser criança? As escolas de ensino fundamental, por conta das políticas educacionais de alguns municípios, acabam por receber as crianças de quatro a seis anos em espaços que não priorizam o brincar, a socialização, a sua especificidade física, emocional e cognitiva. Muitos dos profissionais que trabalham nestes espaços não possuem uma formação continuada que possibilite o conhecimento desta etapa da educação e sua especificidade, pois é com uma criança real que este professor vai trabalhar e isto precisa ser estudado com toda a Rede Municipal de Ensino.

A partir da criança real e não daquela estereotipada pela sociedade que a exclui, quando não dá acesso ao direito a Educação, Saúde, Alimentação, Moradia e lazer, conhecer esta realidade é crucial para exigir do poder público a Educação Infantil como direito da criança e da sua família.

Conceber a criança como ser social que ela é significa: considerar que ela tem uma história, que pertence a uma classe social determinada, que estabelece relações definidas segundo seu contexto de origem, que apresenta uma linguagem decorrente dessas relações sociais e culturais estabelecidas, que ocupa um espaço que não é só geográfico, mas que também é de valor, ou seja, ela é valorizada de acordo com os padrões de seu contexto familiar e de acordo também com a sua própria inserção nesse contexto. (Kramer, 1986, p.79)

As diferentes formas de conceber o mundo, a sociedade, as relações de produ-

ção material, a educação, o professor e a infância vão definir as Políticas Educacionais que historicamente, se traduzem nas propostas de trabalhos com a infância. São estas condições concretas que fizeram e fazem até hoje, em nossa sociedade, a implantação de duas formas de conceber o atendimento à infância: uma destinada às elites e outra direcionada à educação compensatória voltada para a classe dos que vivem do trabalho.

Partindo do princípio que existem condições e vivências diferentes nesta sociedade dividida em classes sociais, não podemos compactuar com a Política Privatista da Educação, portanto lutamos para que as crianças tenham acesso a Educação Infantil Pública de qualidade.

- 1 Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico pela UFPR. Mestranda em Educação pela UFPR. Pedagoga na RME. Diretora do SISMMAC.
- 2 LDB - 9394/96, Título IX - das Disposições Transitórias: Art. 87 - É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei. IV-§ 4º Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados em serviço.
- 3 Kuhlmann Junior, Moysés. Infância e Educação Infantil : uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998, p.23.
- 4 Rizzo, Gilda, Educação Pré-Escolar - 5 ed. Ed. Francisco Alves, 1989
- 5 Mazzilli, et al., As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil" e os Projetos Pedagógicos das Instituições de Educação Infantil,
- 6 Cerisara, Ana Beatriz, Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil? Educação Infantil - Temas e debates -, Perspectiva - Revista do Centro de Ciências da Educação, Florianópolis- Editora da UFSC, p.11-21, julho - dezembro 1990.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APP - Sindicato, Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, Gratuita e Universal, LDB 9394/96, Curitiba, (APP- Sindicato, CUT-CNTE), junho de 1997.
- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Brasília:
- CERISARA, A. B. A pré-escola em questão. Perspectiva (Florianópolis), n. 2, p. 71-83, jan/jun. 1984. Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.
- _____. Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil? In: Perspectiva, Florianópolis, v. 17, n. especial, p. 11-21, jul./dez. 1999.
- _____. A Produção Acadêmica na Área da Educação Infantil a partir da Análise de Pareceres sobre o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil: Primeiras Aproximações, p. 19- 49, In: Educação Infantil pós- LDB: rumos e desafios.
- CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n. 022 de 17 de dezembro de 1988. Dispõe parecer sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Relatora: Regina Alcântara de Assis.
- CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução n. 01/99 de 07 abril de 1999. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
- KRAMER, S. O papel social da pré-escola pública: contribuições para o debate. In: SOUZA, S. J. e KRAMER, S. Educação ou Tutela? A criança de 0 a 6 anos. São Paulo: Loyola, p. 49-58, 1988.
- _____. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.140 p.
- KUHLMANN JR., Moysés. Educação pré-escolar no Brasil: exposições e congressos patrocinando a "assistência científica". São Paulo : 1990. Mestrado - PUC-SP.
- _____, M. Infância, História e Educação. In: Reunião da ANPED (Sessão Especial: História da Infância e Educação), 20, set. 1997.
- MAZZILLI, et al., As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil" e os Projetos Pedagógicos das Instituições de Educação Infantil, 24ª Reunião Anual da ANPED, GT7 - EDUCAÇÃO INFANTIL 2001, Disponível em: <http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/anedp2001> acesso em 23/06/2003